

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDOJUS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), segunda-feira, às 09h00, no primeiro salão do júri do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada a primeira chamada da Assembleia Geral Extraordinária, não havendo “*quorum*” estatutário, levou-se para a segunda chamada, a qual deu-se às 09h30min com o nº de assembleístas presentes. O secretário do Sindojus, Mendonça, anuncia o início dos trabalhos, saúda os presentes, convida os diretores para compor a mesa dos trabalhos e passa a palavra ao presidente Mauro Xavier. O presidente, Mauro Xavier, saúda os presentes e passa a relatar as reuniões que teve com a Presidenta e sua equipe de assessores, secretário da SGP (secretaria de gestão de pessoas), juízes auxiliares e secretário geral. Diz da situação difícil em que nos encontramos para resolver os nossos pleitos junto ao TJ, pois a presidenta disse, nas diversas reuniões, não dispor de verba para atender os pleitos da categoria. Continuando, Muro Xavier disse que das propostas, IT, GEI e NS, encaminhadas ao TJ a presidenta comprometeu-se em enviar o projeto de NS para a ALCE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Diante dessa decisão da presidenta, o projeto está pronto, mas precisando de uma definição da AGE para enviar a presidenta. Ressaltou a importância da matéria para a categoria, onde podemos construir uma unidade mais forte, que a matéria atinge a um grande número de OJ’s e que devemos aproveitar este momento, mas continuar defendendo firmemente as outras propostas, mesmo com a “cantiga do grilo” por parte da presidência do TJ que não tem recursos. Superado este primeiro momento foi aberta a palavra aos assembleístas. O primeiro orador inscrito, OJ Roberto, Coman/Fortaleza, reclamou da grande demanda hoje existente e que não para de crescer, informa que houve uma redistribuição de mandados de comunicação para promotores e defensores públicos, a virtualização que já toma um grande tempo para a devolução de mandado o que precariza ainda mais o trabalho do OJ. Informou ainda que em conversa com um colega da Justiça Federal, o mesmo informou que com a virtualização nº de mandados triplicou. Diante da atual demanda e o irrisório valor da IT, que o TJ disse não ter condições de majorar, deve-se estabelecer uma quantidade mensal de mandados para se cumprir, dando como proposta 60 (sessenta) mandados/mês. O OJ Nilmar, em aparte ao colega, achou o nº baixo, mas temos que discutir mais qual seria a quantidade, fazendo-se um link entre o percebido relativo a IT e o cumprimento de mandados, disse. Ainda em aparte os OJ’s Bosco de Nova Russas, reclama do grande número de diligência em um só mandado e Gustavo, da comarca de Euzébio, pede a deliberação já sobre a greve. Nesse momento o secretário pergunta a assembleia qual o tempo para cada orador inscrito, a qual vota por três minutos. Com a palavra o OJ Nilmar, o qual leva em consideração a grande demanda e o nº insuficiente de OJ, ficando mais precário quando se tem OJ com licença e férias de uma macrorregião, consequência disso é um OJ responder por até mais de quatro ou cinco microregiões. Por conta desses e outros fatores o reajuste da IT é indiscutível. Próximo orador, OJ, Vagner Venâncio, o qual defende que haja atitude mais concreta e alerta para as consequências de um movimento paredista, o OJ Gustavo, em aparte, reclama da desvalorização da categoria por parte do TJ, indicando pessoas para desempenharem função exclusiva de OJ, sem o devido processo legal, passamos pela mesma escola dos juízes e não somos valorizados, disse. Na sequência o OJ Celso Barreto, chama atenção para focarmos a nossa discussão no NS, GEI e IT. Quanto a limitação

de mandados, temos que aprofundar a discussão para que quando colocarmos em prática não haver discrepância de quantidade de mandados cumpridos entre um OJ e outro, ou seja, ser cumprido aquilo que for decidido. Quanto ao NS disse que entendeu que o TJ recepcionou a matéria, mas até que ponto? espera ver a matéria aprovada e publicada. Quanto a GEI é de sua vontade ver o texto original preservado, mas como vamos fazer? disse. É proposta sua que protocolize o texto final do NS e que a AGE diga prazos para que o projeto seja enviado e aprovado pela ALCE. A OJ, Ielva Stela, diz ser favorável ao limite de 60 (sessenta) mandados/mês, em face de o TJ dizer que não dispor de verba para atualizar a IT. Sabe que o sistema de informática pode viabilizar isso e que quando atingir o nº acima indicado o sistema seja bloqueado, só reiniciando no próximo mês. O OJ Mendonça, é de parecer que se envie o NS e partamos para administrar o texto da GEI na ALCE e continuar na luta para atualização da IT. O assessor jurídico, Dr. Márcio Cavalcante é convidado a se pronunciar sobre a proposta do novo texto da GEI. Disse que o projeto está eivado de inconstitucionalidade. Há redução de vencimentos, então esse novo texto não pode ser aplicado para quem já a percebe. Não importa se o TJ não está pagando, para a lei o Oficial está recebendo. O OJ José Ribamar, defende a limitação de mandado, enviando a justificativa para o TJ, e a presidenta deferindo, ordenará o nº limite, se essa não ordenar, a categoria define e o excedente ao nº estabelecido será devolvido, anexando-se o documento enviado à presidência do TJ. Solicita a observação para um redimensionamento das rotas e das ausências (férias e licenças médicas). Dando continuidade a AGE, com a palavra o OJ Carlos Melo, da comarca de Baturité, o qual mostrou uma trajetória desde a assunção da desembargadora Iracema do Vale até hoje e, diante das constantes promessas, concluiu que não temos tido nenhuma solução concreta por parte da titular daquele Poder, diante disso temos que tomar providências enérgicas, disse. Com a palavra o OJ Edmilson de Paula, o qual comentou sobre várias diligências em um só mandado, informou que no FCB existe uma determinação que seja uma diligência por mandado. Defende a limitação de mandado, mas que seja feita institucionalmente, tenha um sistema informatizado que quando atingir a quantidade determinada o sistema suspenda a distribuição. NS,GEI e IT são importantes. A Oficiala Raniéria, da comarca de Tabuleiro do Norte, disse trazer uma mensagem dos OJ's daquela região de votar por um movimento paredista, pois nós não aguentamos mais, é demanda demasiada, é pressão, as condições são poucas, disse. Não vejo só a questão pecuniária, vejo também a falta de qualidade do trabalho devido a grande demanda, então é inevitável uma limitação de mandados. Encerrado este expediente, passa-se ao encaminhamento de propostas. Celso Barreto propõe que o NS seja protocolado e enviado até o dia 10 de julho do ano em curso e que nesse ínterim não haja limitação de cumprimento de mandados e que os outros pleitos continuem sendo buscados. Wagner Venâncio disse não poder perdermos a oportunidade de mandar o NS e continuar com as outras frentes de lutas. Luciano Jr. Disse que apesar de estar incluído nos OJ de nível superior, ver com uma grande importância essa chance de levar toda a categoria para o NS e a devolução da nomenclatura. Propõe o envio do NS e continuemos com as outras lutas, nesse momento, GEI e IT. Fellype Gurgel coloca-se a favor do NS, mas diz que aa genda só com o NS é muito pequena para o tamanho da categoria, deve-se levar para a presidenta além do NS a uniformização da GAM unidades, manter texto original da GEI, revogação de Portaria indicando pessoas não autorizadas por lei para desempenhar função exclusiva de OJ. Renan, OJ de Pacatuba, posiciona-se por uma posição incisiva da assembleia ou por uma limitação de mandados até 31 de agosto de 2015. O OJ Carlos Tavares fez um breve relato e valorização do NS e propôs encaminhamento do referido projeto. O OJ Mendonça, corroborando com o OJ Fellype, solicita que seja levado a presidenta do

TJ solicitação no sentido de se criar uma unidade de COMAN em todas as comarcas, para aferição da GAM, desvinculando assim o OJ das atividades da secretaria no que concerne a apuração da referida gratificação. O OJ Edmilson, manifesta-se em favor do NS, solicitando a assembleia um prazo até 30 de agosto do ano em curso para a publicação da referida lei. O Oj Gustavo mostra toda sua indignação pela maneira como a direção do TJ está tratando os OJ's e propõe uma greve por tempo indeterminado. Os OJ's, Mauro Xavier e Aluisio Jr. propõem o envio do NS e que se marque uma AGE para 10/07/2015, para discutir-se sobre um possível movimento paredista se até lá o projeto de NS não ter sido enviado. Encerrado mais esta fase o secretário Mendonça resumiu como ficaram as propostas: Propostas de limitação de mandado apresentada pelos OJ's ROBERTO, IELVA STELA, JOSÉ REBOUÇAS, EDMILSON, RENAN e GUSTAVO, qual atividade teria início logo após a essa assembleia geral; 1 - Envio do NS; 2 - AGE para 10/07/2015 após a AGO; 3 - Propostas dos OJ's Fellype Gurgel e Mendonça e, 4 - Proposta do OJ Celso (não limitação de mandados durante o período de envio e aprovação do projeto de NS). Após a publicação das propostas acima os OJ's Ielva Stela e Edmilson retiraram a proposta de limitação de mandado de imediato. Passa-se para discussão e votação: O presidente Mauro Xavier coloca em discussão e votação as propostas acima. Assim ficaram os resultados: 1 - 39 votos contra e 31 a favor da limitação de mandados. 2 - Envio do NS, aprovada por todos os presentes; 3 - AGE para 10/07/2015, aprovada por todos os presentes; 4 - Aprovada por todos os presentes; e 5 - Decidida na votação do nº 1. Antes de encerrar esta AGE o presidente Mauro Xavier informou que essa era a última assembleia por ele dirigida nesse seu segundo mandato, agradeceu a categoria, pediu desculpas pelos excessos e convidou toda a categoria para a transmissão do cargo da presidência do Sindojus ao Oficial Luciano Jr, amanhã, 30/06/2015, às 16h00 na sede do sindicato. A folha de presença assinada pelos assembleístas segue em anexo a esta.

Nada mais havendo a tratar, às 13h20min, deu por encerrada a presente assembleia.



Mauro Xavier de Sousa  
Presidente



Francisco José de Mendonça  
Primeiro Secretário